

PROVA S77 V TARDE	ATENÇÃO: VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
--	--

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS - RJ

CARGO: ADVOGADO DO MUNICÍPIO

PROVA DISCURSIVA

1. Este **Caderno de Questão** contém 01 questão discursiva.
2. Ao receber o material, verifique na **Folha de Resposta da Prova Discursiva** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Leia atentamente a questão e responda na **Folha de Resposta da Prova Discursiva**. Não haverá substituição da **Folha de Resposta da Prova Discursiva**, por erro do candidato.
4. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
5. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar este Caderno de Questão**.
6. Você só poderá levar este **Caderno de Questão** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
7. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova neste **Caderno de Questão**, e na **Folha de Resposta da Prova Discursiva**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
8. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue a **Folha de Resposta da Prova Discursiva**.
10. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal a **Folha de Resposta da Prova Discursiva**. Não esqueça seus pertences.

BOA PROVA!

DISCURSIVA

Utilize 60 linhas para desenvolver a questão a seguir.

Questão 01

Ana, criança de 7 anos, filha de Alberto e Alice, todos moradores do Município Z, foi conduzida por sua mãe a uma das unidades de atendimento à saúde do Município X, porque se queixava de irritação vaginal. Foi atendida no local pela ginecologista de plantão, a servidora pública do Município Dra. Adelaide, a qual examinou o local e solicitou a imediata presença de Alberto. Tão logo chegou ao posto de saúde, Alberto foi preso, em flagrante, pelo Delegado Dr. Armando, por estupro de sua filha, sob o argumento de que a Dra. Adelaide encontrara esperma na vagina de Ana, a qual, por sua vez, afirmara não ter tido contato com outros adultos do sexo masculino além de seu pai.

O material biológico coletado da vagina de Ana foi então levado ao Laboratório Y, no qual a médica, Dra. Aline, confirmou a presença de esperma.

Ouvidas Ana e Alice pela autoridade policial, estas afirmaram jamais ter havido qualquer abuso sexual por parte de Alberto. Mesmo assim, Alberto foi mantido preso até a conclusão do laudo de verificação de DNA a ser realizado pelo Instituto de Criminalística do Estado X. Entregue após seis meses, o referido laudo concluiu que inexistia esperma no material biológico coletado da vagina de Ana.

Diante do resultado do laudo, foi concedida ordem judicial de soltura de Alberto, o qual, todavia, após seis meses preso e submetido à degradante condição carcerária, perdeu seu emprego e contraiu o vírus do HIV.

Alberto, Ana e Alice ingressam, então, com ação indenizatória por danos morais (sofrimento dos autores e doença de Alberto) e materiais (salários que Alberto deixou de receber e pensão pela incapacidade laboral advinda do HIV) contra o Município X, o Laboratório Y, a médica Dra. Alice, o Delegado Dr. Armando e o Estado X, valendo-se do procedimento comum ordinário. Na demanda, também foi requerida a concessão de tutela antecipada consistente no imediato pagamento de pensão mensal para sustento da família de Alberto.

Diante disso, responda fundamentadamente às seguintes questões:

- 1) Que valor deve ser atribuído à causa? Como e em que prazo, poderia o procurador do Município X impugnar valor diverso conferido à causa pelos autores?
- 2) Citados o Município X e o Laboratório Y, em 02/05/12, e os demais réus, em 09/05/12, juntados os mandados de citação aos autos, respectivamente em 04/05/12 e 10/05/12, qual seria o termo final do prazo para o Município X

apresentar contestação?

- 3) Concedida a liminar pelo juiz, qual recurso deve ser interposto pelo Procurador do Município X contra a decisão que concedeu a tutela antecipada? Sob quais argumentos? Em que prazo?
- 4) Poderia o Município X denunciar a lide à servidora Dra. Adelaide? Como e sob quais argumentos poderia responsabilizá-la?
- 5) Caso a sentença julgue procedente a demanda de Alberto, Ana e Alice, como se dará a seu cumprimento?
- 6) Deve o juiz designar audiência preliminar? Com que finalidade?
- 7) Na audiência de instrução, poderia o juiz ouvir como testemunha o pai de Alberto? Como e sob quais argumentos poderia o procurador do Município X impugnar essa testemunha? Qual seria o recurso cabível contra a decisão do juiz que indeferir a impugnação e determinar a oitiva da testemunha?
- 8) Quais os recursos que poderiam ser interpostos pelo procurador do Município X, e em que prazos, contra a sentença condenatória disponibilizada no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) em 13/08/2012 (segunda-feira)? Se não houver recurso, a sentença transitará em julgado?

RAISCUNHO

RASCUNHO